

## I

*Função e organização externa das bolsas*

A primeira parte deste estudo — à qual, por sua vez, se segue um segundo capítulo em que serão abordados os aspectos internos da bolsa e as operações bolsistas — visa, *exclusivamente*, fornecer uma primeira orientação a quem ignora por completo estas matérias. Parte mesmo do pressuposto de uma total ignorância. Importa apenas que ele sirva esta intenção, pelo que nele se renuncia, intencionalmente, a qualquer juízo de valor. Isto porque a ineficácia prática da crítica que vastas camadas populares fazem à presente situação das bolsas, assenta, fundamentalmente, numa imensa superficialidade que procura os erros ali onde apenas a irreflexão ou o antagonismo de interesses os podem descobrir. A mesma superficialidade, todavia, é também responsável pela perigosa ideia de que uma instituição como a bolsa, simplesmente indispensável em qualquer organização da sociedade que não seja rigorosamente socialista, não passaria de uma associação de conspiradores vivendo da burla e da gatunice, à custa do honesto povo tra-

balhador, a qual deveria ser, assim, na melhor das hipóteses, destruída e, sobretudo, poderia sê-lo. No entanto, não há nada que mais ameace um movimento de trabalhadores, ao qual estas linhas, de acordo com o seu título, em primeiro lugar se destinam, do que o prosseguimento de objectivos pouco práticos, assentes no desconhecimento da situação concreta.

A bolsa é uma organização do *comércio por grosso moderno*. É indispensável à vida económica actual pela mesma razão que levou ao desenvolvimento das transacções comerciais modernas. Foi desde sempre tão pouco necessária, ou sequer tão pouco possível, como o comércio por grosso moderno. Porquê? Se acompanharmos o homem no seu trabalho desde os tempos mais recuados, desde logo descortinaremos o primeiro e o mais natural dos motivos que o levou a produzir bens: a cobertura das suas próprias necessidades. Ele procurou, com o trabalho das suas mãos, obter da natureza aquilo de que necessitava para se alimentar e vestir, para se proteger do frio e das intempéries. Todavia, o homem nunca foi capaz de desafiar, sozinho, a natureza. Para, pura e simplesmente, subsistir, ele depende e dependeu sempre da associação com outros indivíduos, tal como a criança depende do seio materno. E esta comunidade, que lhe era indispensável, tão-pouco a escolheu ele, a partir de uma decisão livre, como a criança escolhe a respectiva mãe. Ele recebeu-a em dote no curso da vida, nasceu *no seio* desta comunidade; vivia, sob a autoridade ilimitada de um patriarca, no grémio da sua família, família esta que era bem diferente das actuais. Na verdade, a vida doméstica abrangia irmãos, primos, cunhados, até graus de parentesco muito afastados, e ainda a criadagem dependente, os que a violência guerreira submetera, ou os que, des-

pojados dos seus bens pela geada e pela morte do gado, tinham de, para viverem, tornar-se servos dos vencedores e dos possidentes, de acordo com a mais antiga norma jurídica da história. Esta família representa a mais antiga comunidade económica. Ela produzia colectivamente os bens e consumia-os em comum. Além disso, só consumia aquilo que ela própria tinha produzido — pois nada mais tinha para consumir — e só produzia o que queria consumir, já que não tinha destino a dar ao excedente.

Se compararmos agora esta situação com o carácter da vida económica actual, torna-se logo evidente um formidável contraste. Nos nossos dias, o indivíduo não produz os bens que ele próprio quer consumir, mas aqueles que, segundo a sua previsão, outros irão utilizar, além de que cada indivíduo não consome os produtos do seu próprio trabalho, mas os do trabalho alheio. É evidente que este princípio não é universal: não se aplica aos colonos das florestas virgens, nem ao agricultor isolado no interior de terras por cultivar, e só é válido, em parte, no caso dos nossos pequenos camponeses, que vivem, principalmente, da sua própria colheita, só vendendo o excedente. Em contrapartida, ele tem plena validade no caso das empresas, surgidas nos tempos modernos. O que leva o empresário moderno a produzir bens não é o facto de os poder ele próprio consumir, mas sim o de eles encontrarem «comprador», ou seja, alguém que tenha, provavelmente, necessidade deles.

Entre estas duas situações totalmente opostas ocorreu o desenvolvimento histórico milenar que levou ao desaparecimento das antigas comunidades. Ele proporcionou a integração de cada economia isolada numa comunidade de trocas com um círculo sempre mais vasto de outras economias, círculo este que os tempos modernos se esforçam por alar-

gar ao conjunto dos povos civilizados. Por outro lado, aquele desenvolvimento veio aumentar a fracção dos bens que a economia que os tinha produzido ela própria não consumia, e que, assim, vendia a outras. É neste ponto que o *comércio* entra em acção.

Para além da simples produção corporal de bens e do indispensável trabalho corporal, importa observar uma outra condição para que esses bens possam satisfazer a necessidade a que se destinam: têm de ser encaminhados até àquele que pretende consumi-los, e no momento em que for caso disso. Para tanto, a ordem social dos nossos dias dispõe do meio da *permuta de bens*, sendo o comércio a actividade que torna possível essa permuta. A mais antiga comunidade familiar patriarcal desconhecia-a, pois só consumia, fundamentalmente, o que produzia, e vice-versa. Só com o despertar da necessidade de artigos de luxo é que tiveram início trocas e transacções. Utensílios metálicos, âmbar, metais preciosos e tecidos de alto valor constituíram os mais antigos objectos comerciais. A sua comercialização era apanágio do mercador ambulante. Enquanto forasteiro sem direitos e encarado com temor supersticioso, aquele homem, odiado mas indispensável, achava-se sob a protecção dos deuses, porventura à semelhança das serpentes venenosas, que era costume adorar no antigo Oriente. Com o correr do tempo, as relações tornaram-se mais regulares, e, ao lado do mercador ambulante, surgiram os grandes mercados periódicos, como os que ainda hoje encontramos na Ásia Central. Também, neste caso, são indivíduos de tribos diferentes que negociam uns com os outros. A «internacionalidade» presidiu, assim, ao nascimento do capital comercial. No *interior* da comunidade tribal e mesmo entre estas comunidades, o comércio era tão pouco conhecido

como a cobrança de juros. Tal como ainda hoje nas velhas aldeias tradicionais, longe das cidades, sementes e alfaias agrícolas são emprestadas gratuitamente, também «entre irmãos» não vigorava qualquer preço dos bens determinado pela oferta e pela procura. Este contraste persistiu, mesmo depois de a grande economia familiar de hordas e clãs, com o desenvolvimento do cultivo regular da terra, ter sido substituída por uma economia de camponeses independentes vivendo em aldeias e herdades. Este quadro só se modificou com o surgimento das *cidades*. Tal significou a penetração das relações puramente comerciais no seio das velhas comunidades, e constituiu o primeiro passo para a sua desagregação.

Ao lado dos mercados internacionais, nos quais eram transaccionados os artigos de luxo provenientes do estrangeiro, desenvolveram-se os mercados urbanos periódicos, nos quais se encontravam os produtores rurais de géneros alimentícios e os produtores urbanos de artigos de artesanato para transaccionarem as suas mercadorias. Esta modalidade económica, por conseguinte, conhecia e tinha necessidade do movimento de trocas, enquanto elemento normal e regular. No entanto, a parte dos bens por ele produzidos, que o indivíduo encaminhava para o mercado, continuou a ser diminuta. O artesão urbano, paralelamente ao seu ofício, era também, na maioria dos casos, agricultor (membro de uma comuna rural); o camponês consumia ele próprio a maior parte da sua produção, só chegando ao mercado o excedente. Ao lado do artesanato, que abastecia a cidade e a área imediatamente confinante, não tardou, porém, a surgir um novo factor. O mercador ambulante e estranho à região foi substituído e eliminado pela *classe dos comerciantes* residente e autóctone que, através de re-